



REDE MOCAMBICANA DOS
DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

RMDDH

Quarta - feira, 24 de Agosto de 2022 | Ano 03, n.º 31 | Presidente: Prof. Adriano Nuvunga | Português

Experiências difíceis nos centros de acolhimento contadas por defensoras que viraram deslocadas internas em Cabo Delgado

- Durante muito tempo as actividades ligadas à defesa de direitos humanos em Cabo delgado foram asseguradas por organizações da sociedade civil e pessoas singulares influentes nas suas comunidades. Pelo seu trabalho e entrega à causa comum, elas foram conquistando espaço e admiração como porta-vozes dos sem voz e como “advogados informais” das populações desfavorecidas, principalmente com advento de megaprojectos na província.



Centro de Acolhimento de Nangua 1/Metuge

Embora sem competências técnicas, apenas munidas de coragem e empatia, elas foram travando batalhas ideológicas com autoridades locais na defesa das comunidades e foram vistas como *personas non gratas* pelos governantes. São esses heróis anónimos que “deram peito às balas” em defesa dos direitos da maioria.

Hoje esses heróis anónimos vivem uma nova realidade devido ao conflito que afecta Cabo Delgado desde Outubro de 2017. Muitos estão nos centros de deslocados internos, isto é, fora das suas zonas de origem. A RMDDH/Cabo Delgado foi ao seu encontro

para perceber quais são os principais desafios que enfrentam; o que significa ser defensor de direitos humanos e deslocado ao mesmo tempo; como lidam com violações de direitos humanos estando também na condição de vítimas?

A RMDDH deslocou-se ao Distrito de Metuge, concretamente ao Centro de Acolhimento de Nangua 1, um dos vários abertos pelo Governo distrital e o Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD) para acomodar milhares de pessoas que fogem dos ataques dos extremistas violentos nos distritos do norte e centro de Cabo Delgado.



Aumenta número de deslocados nos Centros de acolhimento de Metuge, em Cabo Delgado - Rádio Moçambique

Em Metuge, a paisagem natural verdejante que outrora predominava foi substituída por um novo panorama de cabanas improvisadas. São as tendas que escondem o sofrimento de milhares de moçambicanos, a maioria crianças, mulheres e idosos. A luta pela sobrevivência tornou-se mais importante do que a dignidade humana.

“As coisas pioraram. Naquele tempo rece-

bíamos mensalmente um saco de arroz, óleo e feijão e agora só recebemos de três em três meses. A situação está péssima e as nossas crianças estão a passar mal. O PMA¹ é que nos da ajuda”, contou uma defensora de direitos humanos que vive no Centro de Acolhimento de Deslocados de Nangua 1.

A falta de produtos alimentares atingiu um nível tão crítico que está a forçar algumas

¹ Programa Mundial da Alimentação



Defensoras de direitos humanos no Centro de Acolhimento de Nangua 1

peças a abandonarem os centros de deslocados, por conta e risco próprios. Algumas pessoas estão a regressar às zonas de origem, onde a situação de segurança continua frágil, outras saem dos centros de deslocados para a cidade de Pemba à procura de novas oportunidades.

“Em Pemba consegui trabalho como segurança da Médicos sem Fronteiras, mas aqui no centro de deslocados não faço nada. Fugi da vila de Mocímboa da Praia devido aos ataques e lá trabalhava com SARCOM e com a MULEIDE. Quando cheguei à Pemba fui apresentar-me aos escritórios da MULEIDE, mas disseram que não havia espaço, estava cheio de activistas. Então, tive que procurar fazer outras coisas para sobreviver. Eu ainda quero trabalhar como defensora de direitos humanos, incluindo aqui no centro de deslocados”.

Há outros exemplos de defensores de direitos humanos que tiveram que se reinventar para suprir as necessidades do dia-a-dia. “Em Quissanga vivia melhor, não comprava lenha

nem água. Fazia minha machamba e as crianças comiam. Tenho familiares pescadores que me davam peixe. As coisas mudaram muito, até lenha temos que comprar. Às vezes temos que pedir as comunidades locais para trocarmos o nosso arroz com vegetais. São coisas que nunca imaginamos fazer”.

Apesar das dificuldades que passam nos centros de acolhimento, as defensoras de direitos humanos têm prestado apoio às pessoas vulneráveis. Aliás, elas têm sido chamadas para prestar serviços às organizações internacionais que dão apoio aos centros, como é o caso o da OIM². “Continuo como activista de planeamento e de direitos sexuais e reprodutivos. Aqui trabalho na sensibilização e monitoria da higienização do centro. É um trabalho subsidiado pela OIM, e isso me ajuda a comprar material escolar para os meus filhos que estão em Pemba, pois são órfãos de pai. Apesar de ele ter sido professor, até hoje os meus filhos não beneficiam da pensão de sobrevivência”.

² Organização Internacional das Migrações

Trabalhar como defensora de direitos humanos nos centros de deslocados não é tarefa fácil. “Temos dificuldades para sensibilizar as pessoas com fome. Mesmo nas jornadas de limpeza, tenho dificuldades de mobilizar pessoas que não têm sabão para lavar as suas próprias roupas. Mas não deixo de fazer o meu trabalho, tenho que encarar a realidade. Vezes há em que nos acusam de receber dinheiro. Dizem que nós recebemos dinheiro e mandamos-lhes fazer limpeza de barriga vazia.”

Para além das dificuldades de alimentação e de higiene pessoal, as defensoras de direitos humanos falam da falta de privacidade nos centros de acolhimento de deslocados. As famílias vivem em tendas que oferecem condições de privacidade. Cada família partilha uma tenda, mesmo tendo filhos, netos e até noras. “Na minha casa somos sete pessoas e dormimos juntos na mesma tenda. Não temos privacidade. Tenho que fugir para o mato para manter relações sexuais com a minha esposa”.

Um grupo de jovens rapariga também lamentou a falta de privacidade nos centros de acolhimento: “Não nos sentimos bem porque as nossas mães estão a sofrer. Os nossos pais dormem no chão, nós não temos roupa e nem

temos como cobrar aos nossos pais porque estamos a ver o sofrimento. Sentimo-nos humilhadas porque o espaço é o mesmo para os meus irmãos, meus pais e nós. Quando chega o período de menstruação, como não temos pensos, usamos panos. E não temos como esconder esses panos dos nossos irmãos e pais. Sentimo-nos humilhadas porque não temos privacidade e os nossos pais não têm condições para construir um alpendre só para nós”.

Conversar com defensoras de direitos humanos que estão na condição de deslocadas não é tarefa fácil, pois significa reabrir as feridas que ainda não cicatrizaram. Muitas vezes os relatos são intercalados por emoções e lágrimas de quem passou por experiências traumatizantes.

Nos centros de deslocados reina um sentimento de desespero. As pessoas estão ansiosas pela mudança, uma mudança que lhe devolva às suas zonas de origem em condições de segurança. Lá onde sempre encontravam as soluções para os seus problemas do dia-a-dia. As pessoas nunca imaginariam que pudessem perder familiares nas mãos de extremistas violentos ou padecer de doenças crónicas como a hipertensão, que foi apontada como uma das principais causas de mortalidade nos centros de acolhimento.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: RMDDH
Presidente: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Leandro Siteo
Layout: RMDDH

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Rua Dar-Es-Salaam, número 279, Bairro Sommerschild, Maputo - Moçambique **Contacto** +258 857645056
 Email : info@redemoz-defensoresdireitoshumanos.org @RMDDH_Moz rmdhh_moz
 Facebook:@RMDDHMoz redemoz-defensoresdireitoshumanos.org/ **LinkedIn**: rmdhh